

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade:

**LINHA DE PESQUISA: COPRODUÇÃO, GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E
FINANÇAS PÚBLICAS**

**GRUPO DE PESQUISA POLITEIA - COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO:
ACCOUNTABILITY E GESTÃO**

TÍTULO DA PROPOSTA DE PESQUISA:

**A ELABORAÇÃO DE UM FRAMEWORK PARA GERAÇÃO DE UM ÍNDICE DE
DISPONIBILIDADE PARA ACCOUNTABILITY SOCIAL (IDAS) NOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

036.652.309-00

Florianópolis 2024

1- INTRODUÇÃO

A identificação, o mapeamento e a documentação dos municípios é um processo simples, prático e seguro. O investimento é baixo, sendo necessário apenas a aplicação de uma entrevista semi estruturada para um determinado número de cidadãos, proporcionando dados imprescindível para a elaboração do Índice de Disponibilidade de Accountability Social (IDAS).

O IDAS é uma ferramenta para a estruturação do planejamento da Rede Observatório Social do Brasil (OSB) para ser utilizado para a formação de novas unidades em território catarinense e captação de novos membros-voluntários para a atuação na causa da justiça social.

A estrutura da Rede OSB é composta de pessoas, processos e atividades, focada numa filosofia de trabalho na qualidade da prestação do serviço público, afim de conduzir o poder público municipal a uma imagem de credibilidade e confiabilidade pela população através da prática da melhoria contínua da transparência e da eficiência nos serviços prestados ao cidadão.

a. PROBLEMA DE PESQUISA

Melhorar o desempenho operacional de captação de novos membros e voluntários na Rede OSB. Assim, a elaboração e implementação do Índice de Disponibilidade de Accountability Social (IDAS) através do Identificação, Mapeamento e Documentação dos municípios catarinenses com alto grau de indivíduos propensos ao voluntariado, buscando melhor desempenho na formação de novas unidades do observatório social e na captação de novos membros-voluntários.

b. OBJETIVO GERAL

Proporcionar a criação de uma estrutura para a elaboração do Índice de Disponibilidade de Accountability Social (IDAS) nos municípios catarinenses, com isso, gerando confiabilidade nos dados obtidos nessa pesquisa para tomada de decisões e praticidade na execução das tarefas de formação de novos observatórios sociais locais pela organização não governamental sem fins lucrativos denominada Rede Observatório Social do Brasil (OSB).

c. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral, será necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, mapear e documentar os municípios que não possuem um observatório social;
- Aplicar em cada município em um número determinado de cidadãos uma entrevista semi estruturada;
- Desenvolver o Índice de Disponibilidade de Accountability Social (IDAS).

2- JUSTIFICATIVA

Para o exercício da cidadania, a sociedade deve dispor mecanismo de controle externo para assegurar se que o dinheiro público seja utilizado de maneira que proporcione mais transparência e efetividade.

Dessa forma, a Rede Observatório Social do Brasil (OSB) tem o intuito de realizar esse serviço à sociedade de forma voluntária, auxiliando o poder municipal em 4 eixos de atuação: Gestão Pública, Educação Financeira, Ambiente de Negócios e Transparência, cada qual com suas especificidades.

No entanto, é indispensável a geração do Índice de Disponibilidade de Accountability Social (IDAS) para que a Rede OSB possa mensurar os municípios que tem maior número de voluntários dispostos para a formação e atuação com a estrutura da Rede OSB.

Desse modo, proporcionando confiabilidade, segurança, agilidade, rapidez e visibilidade, assim como redução significativa do tempo gasto, na formação de novas unidades e captação de novos membros e voluntários da Rede OSB.

3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a definição do termo OSB, é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, disseminadora de uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor. O Sistema OSB é formado por voluntários engajados na causa da justiça social e contribui para a melhoria da gestão pública. (Observatório Social do Brasil, 2022)

A institucionalização dos observatórios sociais tem como característica fundamental o monitoramento, produção e a divulgação de informações sistemáticas sobre certo tema, problema político ou região. Como mecanismo de controle social, em interação com instrumentos de controle institucional, um observatório potencialmente contribui para gerar debates, avaliar, tomar decisões e controlar políticas e governantes. Sua ação pode gerar efeitos positivos sobre a qualidade da gestão pública e a *accountability* democrática, está compreendida como processo de contínua responsabilização dos governantes por seus atos e omissões perante os governados. (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012 et al. ABRUCIO; LOUREIRO, 2005)

Quanto à sua constituição jurídica, os Observatórios Sociais recebem apoio financeiro de entidades de classe empresarial, que no processo de implementação e mobilização despontam como os principais incentivadores da causa. Outras entidades de cunho comunitário e de representação de classes costumam participar e colaborar financeiramente nesse processo, como Rotary Club, Maçonaria, sindicatos patronais e empresas. (DOIN; DAHMER, SCHOMMER; SPANIOL, p. 69, 2012)

O OSB estima que em quatro anos (2013- 2016) tenha havido “uma economia de mais de R\$ 1,5 bilhão para os cofres municipais” (OSB, 2017a). A metodologia de cálculo desse valor, porém, é controversa entre os próprios voluntários. Existem economias quantificáveis, mas há aquelas cujos resultados estendem-se para além da ação do observatório, como ganhos decorrentes do aumento de participantes em licitações, melhorias em procedimentos gerenciais, avanços políticos junto ao Legislativo e ações de educação para a cidadania. (DE BONA; BOEIRA, p. 217, 2018)

A Rede OSB defende ações voltadas à cidadania fiscal, preconizando o acompanhamento sistemático da aplicação dos recursos públicos oriundos dos impostos em cada município. No bojo da cidadania fiscal, dedicam-se ao combate à corrupção, à melhoria da qualidade da gestão pública, à avaliação da qualidade de programas governamentais e à

construção de indicadores de desenvolvimento e de qualidade de vida. (DOIN; DAHMER, SCHOMMER; SPANIOL, p. 69, 2012)

Nesse sentido, as chamadas instituições participativas são espaços de participação no qual possuem o poder de formular, decidir por políticas e aportes de recursos públicos, fiscalizar e avaliar as políticas públicas, que pelo “público” denota já a necessidade de haver transparência, visto que estes espaços majoritariamente são ocupados por organizações que representam segmentos, logo precisam prestar contas a estes, bem como a toda a sociedade por estarem na esfera pública. (REINECKE, 2021, p. 39)

O Observatório Social de Santa Catarina é uma unidade estadual do Sistema de Observatórios Sociais do Brasil, cuja missão institucional é de contribuir para o controle social na aplicação dos recursos públicos e para a promoção de uma sociedade ética e cidadã, por meio de práticas transparentes, democráticas e apartidárias. (OSB-SC, 2022)

O estado de Santa Catarina possui 32 Observatórios Sociais, distribuídos em 32 municípios, a saber: Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Forquilha, Itajaí, Joinville, Lages, Mafra, Morro da Fumaça, Navegantes, Palhoça, Pinhalzinho, Pomerode, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Tubarão, Xaxim, Biguaçu, Timbó, Rio Negrinho, Jaraguá do Sul e Jaguaruna.

Os municípios possuem a rede de observatórios sociais municipais bem estruturada. Estima-se que, desde 2006, quando foi criado o primeiro observatório social municipal, já houve uma economia de R\$ 1 bilhão em recursos públicos nas cidades. Mas os Estados estão carentes de órgãos de controle atuantes para seus gastos. (OSB-SC, 2022).

Nesse sentido, a pesquisa tem como premissa alavancar os serviços prestados de maneira voluntária pelos observatórios sociais no Estado de Santa Catarina através da implantação do Índice de Disponibilidade de Accountability Social (IDAS) para abarcar mais municípios.

4- METODOLOGIA

A metodologia no desenvolvimento deste trabalho será realizada através da aplicação de entrevistas, de maneira semi-estruturada feita com pessoas de múltiplos municípios catarinense para avaliar se cada um vai ter a capacidade de formação de um observatório social

e para exercer os 4 eixos de atuação, como: fiscalizar o poder legislativo e executivo de cada município

A linha de pesquisa é a Organizações, Gestão e Sustentabilidade no Grupo de Pesquisa Politeia - Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão, esta possui caráter qualitativo, identificando riscos e controles, abordando procedimentos da organização em que será desenvolvido a dissertação

A pesquisa será realizada com o auxílio da empresa Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN S/A, por esta ter uma grande capilaridade no Estado de Santa Catarina.

Os dados pesquisados serão coletados através de informações bibliográficas, revistas, artigos e a compilação dos dados trazidos pela resposta dos funcionários da empresa do questionário em que serão submetidos na entrevistas semiestruturada.

As informações coletadas serão apresentadas de forma textual, sendo complementadas através de figuras, tabelas e fluxogramas, para uma melhor visualização dos dados pesquisados.

5- CRONOGRAMA

Eventos	Out/24	Nov/24	Mar/25	Jun/25	Nov/25	Set/26
Organização Não Governamental		X				
Área de desenvolvimento do projeto		X				
Objetivos	X					
Justificativa	X					
Desenvolvimento Teórico			X			
Sugestões para o OSB					X	
Introdução				X		
Considerações Finais					X	
Pré Banca*						X
Apresentação*						X

*precisão estimada

6- REFERÊNCIAS

DE BONA, Rodrigo da Silva; BOEIRA, Sérgio Luís. **Observatórios Social do Brasil e os desafios organizacionais do controle social**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 23, n. 75, maio/ago. 2018.

DOIN, Guilherme Augusto; DAHMER, Jeferson; SCHOMMER, Paula Chies; SPANIOL, Enio Luiz. **Mobilização Social e CoProdução do Controle: o que sinalizam os processos de construção da Lei da Ficha Limpa e da Rede Observatório Social do Brasil de Controle Social**. Revista Pensamento & Realidade. Ano XV – v. 27, nº 2/2012.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - OSB. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/>.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – OSB-SC. Disponível em: <https://santacatarina.osbrasil.org.br/>.

REINECKE, Luiz Filipe Goldfeder. **Índice de Transparência de Conselhos Municipais (ITCM): uma proposta construída a partir da literatura, legislação e especialistas**. 2021, p.397. Tese de Doutorado – Universidade do Estado de Santa Catarina. UDESC. Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, Programa de Pós-Graduação, Florianópolis, 2021.

SCHOMMER, Paula Chies; NUNES, Jonas Tadeu; MORAES, Rubens Lima. **Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal**. Brasília: EAGU, Ano VI, n. 18, maio/2012. p. 02. (Publicações da Escola da AGU: Gestão Pública Democrática – Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal; ISSN 2236-4374)

SCHOMMER, Paula Chies; MORAES, Rubens Lima. **Observatórios Sociais como Promotores de Controle Social e Accountability: Reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – 8(3): 298 – 326, Set/Dez 2010. ISSN 1679-1827.

TAVARES, Paulino Varela; ROMÃO, Ana Lúcia. ***Accountability e a Importância do Controle Social na Administração Pública: Uma análise Qualitativa***. Brazilian Journals of Business., Curitiba, v. 3, n. 1, p. 236-254 jan. /mar. 2021, p. 237. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJB/article/viewFile/23530/18908>.